

*Intervenção de José Manuel Constantino na tomada de
posse dos órgãos sociais do Comité Olímpico de
Portugal*

As minhas primeiras palavras são de saudação e agradecimento a Sua Excelência, o Senhor Presidente da República pela presença nesta cerimónia.

Trata-se de uma presença que muito nos honra.

Uma presença que distingue o Olimpismo nacional valoriza o desporto e todos os seus agentes.

Uma presença que mais do que testemunhar um ato de tomada de posse, rende homenagem a todos aqueles que ao longo dos tempos no espaço olímpico projetaram o país a patamares de excelência, elevando a bandeira e os símbolos nacionais ao mais alto nível.

Rende homenagem aos atletas, ao labor dos técnicos, dos dirigentes, dos voluntários, dos árbitros, dos juizes e demais agentes que enquadrados pelas organizações desportivas, de clubes a federações, erigiram do livre associativismo, conquistado em Abril, o desporto que celebramos.

Não esqueço, Senhor Presidente da República, o telefonema que me fez logo a seguir aos Jogos do Rio.

E as palavras de apoio e incentivo que de si recebi, num momento de desânimo.

Hoje, a sua presença entre nós, é a continuação duma atitude de atenção, de proximidade e de envolvimento que recebemos com muita honra e satisfação.

Muito obrigado.

Agradeço igualmente a presença do Senhor Presidente da Assembleia da Republica, da Senhora Presidente da Comissão Parlamentar de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, dos senhores Ministro da Educação e Secretário de Estado do Desporto, dos senhores deputados, do representante

do senhor Chefe de Estado-maior da Armada, do Presidente do Tribunal Arbitral do Desporto, do membro honorário do Comité Olímpico Internacional, do Presidente da Confederação do Desporto de Portugal, do representante do Comité Paralímpico de Portugal, do Presidente e demais membros do Conselho Diretivo do Instituto Português do Desporto e da Juventude, do representante da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, dos autarcas e demais autoridades públicas, representantes das universidades e das faculdades e escolas superiores de desporto, das federações desportivas, demais membros do Comité Olímpico, representantes do movimento desportivo com forte participação olímpica, treinadores e atletas, patrocinadores, representantes da sociedade civil e de todos quantos nos deram o prazer da sua presença.

Tratando-se de uma reeleição representa um importante reconhecimento do trabalho desenvolvido ao longo do quadriénio anterior e um forte incentivo para a equipa que tenho a honra de presidir e que hoje inicia funções.

Gostaria também de cumprimentar e agradecer o trabalho da Comissão Eleitoral nas pessoas do Dr. Vasco Lynce, General Mariz Fernandes e Dr^a Maria de Fátima Abrantes Mendes pela forma exemplar como dirigiram todas as operações relativas ao ato eleitoral.

Um cumprimento e um agradecimento especial ao nosso mandatário Arq. João Paulo Bessa pela forma dedicada, entusiasta e eficaz como desempenhou as diferentes tarefas da campanha eleitoral.

Um reconhecido agradecimento a todas as federações desportivas que sustentaram a apresentação da nossa candidatura e a todos os membros da Assembleia Plenária que votando, nos elegeram.

Os desafios que teremos de enfrentar rumo aos Jogos Olímpicos de Tóquio em 2020, serão particularmente exigentes e configuram uma enorme responsabilidade para esta Comissão Executiva.

Desde logo pela circunstância da diversidade de parcerias e projetos que o Comité Olímpico consolidou ao longo do último mandato terem elevado as expectativas e o grau de exigência.

Mas também porque os portugueses olham para as nossas representações olímpicas e esperam melhores resultados. É natural que assim seja. Diria mesmo: ainda bem que assim é.

Porque é esse grau de exigência que nos obriga a procurar soluções que nos tornem mais competitivos em termos internacionais e nos retirem dos indicadores desportivos que colocam o país na cauda do pelotão europeu.

E para que isso ocorra, mais que apontar o dedo ou acenar com soluções milagrosas importa trabalhar para melhorar a vida das nossas organizações e instituições. É isso que os portugueses esperam de nós.

Uma instituição desportiva demora anos a crescer. Mas pode desaparecer de um momento para o outro.

A expressão competitiva do talento de um atleta não é imediata. A obtenção de resultados duráveis requer a construção de uma base de sustentação que demora vários anos a construir. Mas a sua queda ou perda de qualidade pode ser brusca e instantânea.

Nas pessoas como nas organizações a pressa é inimiga do sucesso. Não é possível colher amanhã o que se semeou ontem. Quem assim pretenda, equivoca-se.

Valorizar socialmente o desporto deve significar antes de tudo elevar o padrão da qualidade da reflexão que é produzida sobre as questões desportivas. Cabe-

nos um papel inquestionável nesse propósito pelo exemplo que conseguimos transmitir.

Sabemos que a pressão política e mediática que ocorre sobre as organizações desportivas transforma o trabalho social de promoção do desporto num conjunto de respostas a protocolos *standardizados* de mensuração desportiva para justificar os meios financeiros públicos disponibilizados, numa obsessão que esconde amiúde a nossa incapacidade de pensar o país desportivo. Cabe-nos escolher outros caminhos.

E não pode ser de vistas curtas e viver apenas do imediato, do presente. O caminho de fazer por fazer, ou de repetir o que já foi feito, deixar-nos-á permanentemente insatisfeitos.

Mas o mudar por mudar, ou porque uma determinada solução teve sucesso num outro lugar, não garante que o resultado seja diferente. Este estado de coisas e esta ambivalência escondem, afinal, em muitas circunstâncias, a ausência de visão e de estratégia.

É contra essa tendência que é preciso lutar. Porque a nossa vulnerabilidade está menos em apreciar leis, normas e diplomas ou soluções embaladas que deram resultado neste ou naquele país, neste ou naquele contexto temporal, e mais em definir uma política de oportunidades que leve em linha de conta as necessidades, as capacidades e os recursos que o País tem.

Uma política de oportunidades e de pequenos passos. Uma política reformista.

Não deve por isso o Comité Olímpico cair na armadilha de que pode tudo, de que é onnipotente para todos os problemas do sistema desportivo, deixando subentender por essa via a ideia de que se a situação desportiva nacional não se altera é porque não faz o suficiente para a mudar.

A crença de que tudo é possível e a tudo o Comité Olímpico deve responder é o caminho mais curto para o ativismo inconsequente.

Não deve também ceder ao tecnocratismo que só valoriza o que é mensurável e nele o que corresponde a resultados desportivos “medalhados”.

Nem um Comité Olímpico é uma agência exclusiva para o alto rendimento desportivo, nem a excelência que o Olimpismo reclama dispensa a presença constante de outros valores culturais.

Mas não pode também ignorar ou desvalorizar as expectativas que os portugueses têm ou constroem sobre as nossas representações olímpicas.

Cabe-nos entender que a nossa ação é de responsabilidade partilhada com as federações desportivas o que significa respeito pela sua autonomia, pelo seu distinto grau de desenvolvimento e por conceções organizativas e políticas que podem ser diferentes das que partilhamos, mas que têm de ser respeitadas.

Um respeito que não significa abandono do que defendemos mas a perceção de que a parceria colaborativa, em que assenta muita da ação do COP, requer responsabilidade, ponderação, equilíbrio, bom senso e sentido de convergência na gestão das diferentes variáveis que compõem o nosso trabalho.

Usar a posição dominante para impor esta ou aquela solução é, a prazo, o caminho mais curto para o vanguardismo, o isolamento e o insucesso.

Temos presente, desde o primeiro momento do ciclo de quatro anos que ora finda, que para melhorarmos a nossa competitividade é crucial às organizações desportivas - a começar pelo nossa – saberem dar expressão ao inestimável valor social do desporto.

Um Comité Olímpico Nacional deve ajudar as federações desportivas e o desporto a crescer e a desenvolver-se numa relação adequada entre a generalização da prática desportiva e a sua elitização.

Foi esse o nosso desígnio e é esse o futuro que nos une, conforme tivemos ocasião de expor no programa de ação submetido a escrutínio.

Um escrutínio cujos resultados eleitorais representam um forte compromisso dos membros do Comité Olímpico com esse propósito de valorizar socialmente o desporto, para o qual a abertura ao exterior e o envolvimento de novos parceiros, com critérios de boa governação mais exigentes se afigura determinante.

Tem sido um caminho pensado, naturalmente também marcado por algumas desventuras e insucessos, mas os resultados são deveras animadores.

Não me refiro aos resultados desportivos, financeiros ou organizacionais, pois esses são públicos. Refiro-me à aprendizagem, ao conhecimento, ao respeito e à confiança gerada ao longo deste processo.

Elementos absolutamente cruciais para o Comité Olímpico ter alargado a sua rede de parceiros, reforçado o seu reconhecimento institucional e, por isso, ter outra força para representar os interesses dos seus membros.

Interesses que recusam uma visão empobrecida do papel do desporto na sociedade, a começar na escola e no processo educativo e de desenvolvimento das crianças e jovens, cujas debilidades naturalmente se propagam para outros escalões etários, domínios de atividade e políticas públicas onde os assuntos do desporto persistem no fim da agenda.

Alterar estas circunstâncias exige, pois, muito mais do que uma atitude reivindicativa ou de alerta. É crucial liderarmos pelo exemplo. Assumirmos o desafio de inovar. Alcançar novas soluções. Federar novos interesses. Cimentar novos compromissos. Diversificar apoios e fontes de financiamento.

Temos de ser capazes de inculcar nas nossas organizações, a começar na que presido, a cultura de competitividade, de superação, de trabalho por objetivos e a excelência que se exige aos atletas, treinadores e oficiais que representam o país ao mais alto nível.

Afinal, as referências e os princípios culturais que desde Coubertin fazem do desporto um bem público de primordial importância consagrado não só na Carta Olímpica, mas em documentos de referência global como sejam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Uma cultura de compromisso, onde a cooperação e a parceria colaborativa, fundada no debate aberto e democrático de ideias, prestigie as instituições que servimos e os propósitos que nos mobilizam, através do respeito pela diferença e da capacidade de convergência com outros interlocutores.

Minhas senhoras e meus senhores,

Não é possível ao país desenvolver-se desportivamente sem o contributo de todos os que operam no sistema desportivo.

E será muito difícil se mantivermos face aos problemas que surjam um afastamento na relação com os nossos atletas.

Precisamos de uma maior proximidade na relação com os atletas, porque a cadeia de valor que o desporto constrói tem os atletas como a sua razão primeira.

É preciso estar perto dos atletas e perceber o seu mundo, as suas ambições e dificuldades, os seus afetos e os seus medos e o desejo legítimo de procura de melhores condições de preparação desportiva.

Como é preciso estar perto dos atletas para explicar pacientemente que muitos dos dirigentes de hoje foram atletas de ontem e, enquanto tal, praticaram desporto em condições muitas vezes mais precárias às que a atual geração tem à sua disposição.

Que foram as suas reivindicações enquanto atletas que permitiram, apesar de tudo, ter hoje melhores condições que outrora.

Precisamos de ver mais longe, numa perspectiva de conjunto, para não nos deixarmos cair em logicas de afastamento ou de afrontamento que criam mais obstáculos ao desporto do que aqueles que ajudam a derrubar.

Precisamos pois de acreditar que podemos ter um desporto melhor, mais forte, mais competitivo e mais desenvolvido se formos, os que gostamos do desporto, mais unidos e mais solidários perante a complexidade e a dificuldade dos obstáculos que temos de superar.

Estimados convidados

Vivemos num Estado de direito onde a vida dos cidadãos e das instituições é regulada pelo primado da lei.

Mas o funcionamento correto da lei depende mais dos princípios e da integridade de todos quantos estão incumbidos de a fazer cumprir, do que da qualidade e da profusão de instrumentos normativos.

Operar uma transformação sistémica que erradique uma aversão ao culto da transparência e à assunção das responsabilidades, partilhando e valorizando o conhecimento e reconhecendo a competência, por via de um diálogo mais inclusivo e menos confrontacional, encontra no desporto um instrumento privilegiado para resgatar a esperança num futuro de maior desenvolvimento para o país.

Um instrumento que quando transitar de uma noção lateral e de mero recreio na educação, para o seu núcleo central, oferece, como nenhuma outra linguagem universal, o sentido apurado de respeito pelas regras e pelo adversário.

A tolerância e a solidariedade. A autodisciplina e o trabalho por objetivos. A resiliência e o espírito de grupo. A orientação para resultados e para a resolução de problemas.

Mas, principalmente no mundo em que hoje vivemos, a confiança e o sentimento de pertença a uma comunidade de partilha onde todos são iguais no terreno de jogo e na competição, justa e íntegra, suprimindo as tensões políticas, étnicas ou religiosas cada vez mais extremadas noutros palcos.

Mas os enunciados proclamatórios sobre o elevado impacto deste extraordinário bem público que vale muito mais do que aquilo que economicamente custa aos cofres públicos, carecem de ser traduzidos em ações que lhe deem expressão.

Que saibam reconhecer o serviço público prestado por inúmeros agentes desportivos benévolos, cujo inestimável valor económico do seu trabalho voluntário persiste negligenciado.

Que saibam corrigir as disfuncionalidades de um regime fiscal que tributa mais o praticante do que o espectador, sem reconhecer e incentivar os benefícios de uma atividade cujo impacto se dissemina muito para além de quem a pratica.

Que saibam concretizar medidas que salvaguardem a integridade e a boa governação das organizações desportivas, preservando a sua reputação moral.

Conquistamos a nossa credibilidade a pulso, mas perdemos essa reputação num ápice, quando transformamos causas e missões de serviço público em projetos de poder, não estando à altura de valorizar este bem que professamos e de dignificar as instituições que servimos.

Minhas senhoras e meus senhores,

O futuro que nos une começa aqui e assenta na discrição do trabalho empenhado desta equipa e daqueles que servem esta instituição.

Na confiança que as federações depositam nesta equipa para servir o Olimpismo e o desporto português, rumo a horizontes que nos mobilizam a valorizar socialmente o desporto.

No trabalho para que o Comité Olímpico possa cumprir a sua missão de garantir as melhores condições possíveis àqueles que no desporto representam o país ao mais alto nível.

No trabalho para que tornar o Comité Olímpico de Portugal uma casa de todos, modalidades olímpicas e não olímpicas, mais sólida e coesa.

Onde se saiba valorizar o que nos aproxima e debater, com elevação, o que nos divide, na certeza porém que não há receitas pré concebidas, preconceitos de superioridade moral e intelectual ou soluções mágicas.

Resistindo ao imediatismo; compreendendo a complexidade do mundo atual; praticando a humildade intelectual; respeitando a divergência e assumindo um intransigente sentido de serviço e de missão.

O ímpeto reformista e o progresso são forjados no sonho e na paixão em torno de uma visão e na inquebrantável construção de um bem comum, o desporto, que não dispensa ninguém nesse designio.

Esse foi porventura o maior testemunho que nos legou o fundador do Olimpismo Moderno. Um testemunho que respeitamos e estamos vinculados a preservar e a difundir mais longe, mais alto e mais forte.

Contamos com todos. E todos vós podem contar com este compromisso do Comité Olímpico de Portugal.

Muito obrigado.

Lisboa, 3 de Março de 2017

José Manuel Constantino
Presidente do Comité Olímpico de Portugal